

O perfil do caos

HIPERINFLAÇÃO. Ampliação do desemprego e da recessão. Escassez de produtos e matérias-primas básicos. Filas para compra de alimentos. Queda da produção industrial e agrícola. Suspensão de todos os projetos e planos de desenvolvimento. Apreensão de aviões, navios e outros bens brasileiros no exterior pelos credores.

Estas seriam algumas das mais dramáticas consequências de uma decretação de moratória unilateral pelo Brasil. Sem crédito para pagar as importações, o país só importaria pagando à vista. Sem recursos das instituições oficiais de crédito e agências multilaterais, como o Eximbank e o Banco Mundial, o país veria paralisados projetos essenciais em áreas prioritárias, como o Proálcool, que é largamente financiado pelo Banco Mundial.

Sem importar, não exporta

Esse é o reverso da medalha em relação à tese da moratória unilateral. Segundo essa tese, ao suspender totalmente a amortização da dívida externa (de 86 bilhões de dólares em março deste ano) — e mais que isso, ao suspender também a disposição de renegociar seu reescalonamento — o país teria, de um momento para outro, os mesmos 86 bilhões de dólares para aplicar em suas regiões e setores carentes.

De acordo com a mesma linha de raciocínio, com a receita de suas exportações, o Brasil garantiria a importação de petróleo — essencial para manter sua economia funcionando. De um total de 20 a 25 bilhões de dólares de exportações, só 40% a 45% teriam de ser empregados na compra de petróleo.

Quem assim argumenta se esquece de que, ao comprometer drasticamente, pela moratória unilateral, sua capacidade de importar, o país veria igualmente reduzido seu potencial de exportação. Não há nada que se produza no Brasil que não tenha uma dependência — maior ou menor — de produtos importados. Se o país exporta soja, ela tem de ser transportada em caminhões. Esses caminhões precisam de combustível (diesel, derivado do petróleo). Esses caminhões precisam de peças. Essas peças são feitas aqui, mas por máquinas importadas.

Então, a capacidade de o país exportar está intimamente ligada à de pagar os produtos que precisa comprar fora. No caso da indústria aeronáutica brasileira, que conseguiu importantes contratos de vendas no exterior, essa correlação é dramática. Sem importar uma série de equipamentos e componentes, a Embraer simplesmente não conseguirá fazer voar nenhum Tucano, Bandeirante, Brasília, Xingu, Xavante ou MX. Quer dizer: para fazer dólares no exterior, é preciso antes gastar alguns dólares. Se não se têm esses dólares...

Portanto, o impacto de uma moratória unilateral se faria sentir no plano comercial — ao afetar as importações e exportações brasileiras — e no plano financeiro, em que a reação dos credores seria certamente a suspensão do fluxo de financiamento externo indispensável ao funcionamento do país.

O Brasil importa petróleo, trigo, enxofre, carvão, fertilizantes e outras matérias-primas, insumos para a agricultura e a indústria, peças e componentes para reposição em equipamentos aqui instalados e máquinas para a modernização das empresas nacionais. Numa declaração de moratória unilateral, o primeiro efeito é a suspensão de todos os créditos à importação. Ou seja, tudo o que importa financiado o país teria de pagar a dinheiro. Em muitos casos, teria de pagar antes de receber a mercadoria.

Sem trigo, mais inflação

A situação não seria melhor com outros produtos que o Brasil importa pagando a prazo, como o trigo, em relação ao qual depende do exterior para 60% ou 70% do seu consumo. O fornecimento é feito principalmente pelos Estados Unidos e pelo Canadá, com financiamento de três anos. Esses créditos seriam automaticamente suspensos pelas disposições legais das agências que financiam essas compras, como a

Commodity Credit Corporation, dos EUA, e a Canadian Wheat Board. Os estatutos desses órgãos suspendem automaticamente os créditos para países inadimplentes. Sem trigo, obviamente, entraria em colapso o abastecimento de pão, de farinha, de massas, biscoitos e outros produtos alimentícios.

O que se poderia alegar é que, sem trigo, come-se milho ou mandioca. Mas o que se verifica é que o país não dispõe de estoques suficientes desses produtos alternativos para compensar a redução da oferta de alimentos à base de trigo. Com uma enorme pressão de consumo sobre o milho, a mandioca, o arroz, seria inevitável uma explosão de seus preços.

O mais grave é que a falta de fertilizantes provocaria uma queda generalizada na produção agrícola. Ou seja: para a mesma área plantada de hoje, a produção seria inferior, pois os solos brasileiros precisam de tratamento com fertilizantes para darem rendimento agrícola, com exceção da soja, que tem uma produtividade semelhante à dos competidores internacionais do país.

Novamente, a situação seria de queda de produtividade, baixa na produção, redução da oferta de alimentos e tremenda pressão sobre os preços. As duas grandes fronteiras agrícolas do Brasil, hoje, são a região dos Cerrados e o Centro-Oeste. Os Cerrados não podem produzir

recorrerão a seus respectivos Poderes Judiciários, para recuperar os créditos que estão em suspenso e os pagamentos vencidos.

É claro que os Poderes Judiciários vão tentar salvaguardar os interesses dos seus nacionais, partindo para o embargo ou apreensão dos bens brasileiros no exterior. Ao chegar um navio brasileiro carregado de soja, ou um avião da Varig, por exemplo, eles seriam imediatamente apreendidos como garantia de pagamento de créditos atingidos pela decretação unilateral de moratória. É o caso do embargo que o Governo norte-americano adotou sobre todos os bens (principalmente depósitos em dólar) do Irã, há alguns anos, e que só ultimamente vem penosamente sendo resolvido, caso a caso, com os bancos norte-americanos.

Os bancos quebrariam

Há que considerar, igualmente, os efeitos de uma moratória do ponto-de-vista dos credores do Brasil que são, em síntese, os bancos privados, os organismos oficiais de crédito dos países desenvolvidos (Eximbank dos EUA e Japão, Coface francesa, CGD inglesa, Export Development Corporation canadense) e as agências multilaterais de assistência, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os que estão apostando num "calote" do

provêm de pessoas físicas e jurídicas dos próprios países em desenvolvimento, sobretudo dos exportadores de petróleo. E é claro que não se poderia esperar que a solidariedade desses países para com as nações endividadas supere a noção de defesa de seus interesses. Portanto, a reação de países que nos vendem petróleo e que compram produtos brasileiros — como México, Venezuela, Iraque, Irã — seria de retaliação.

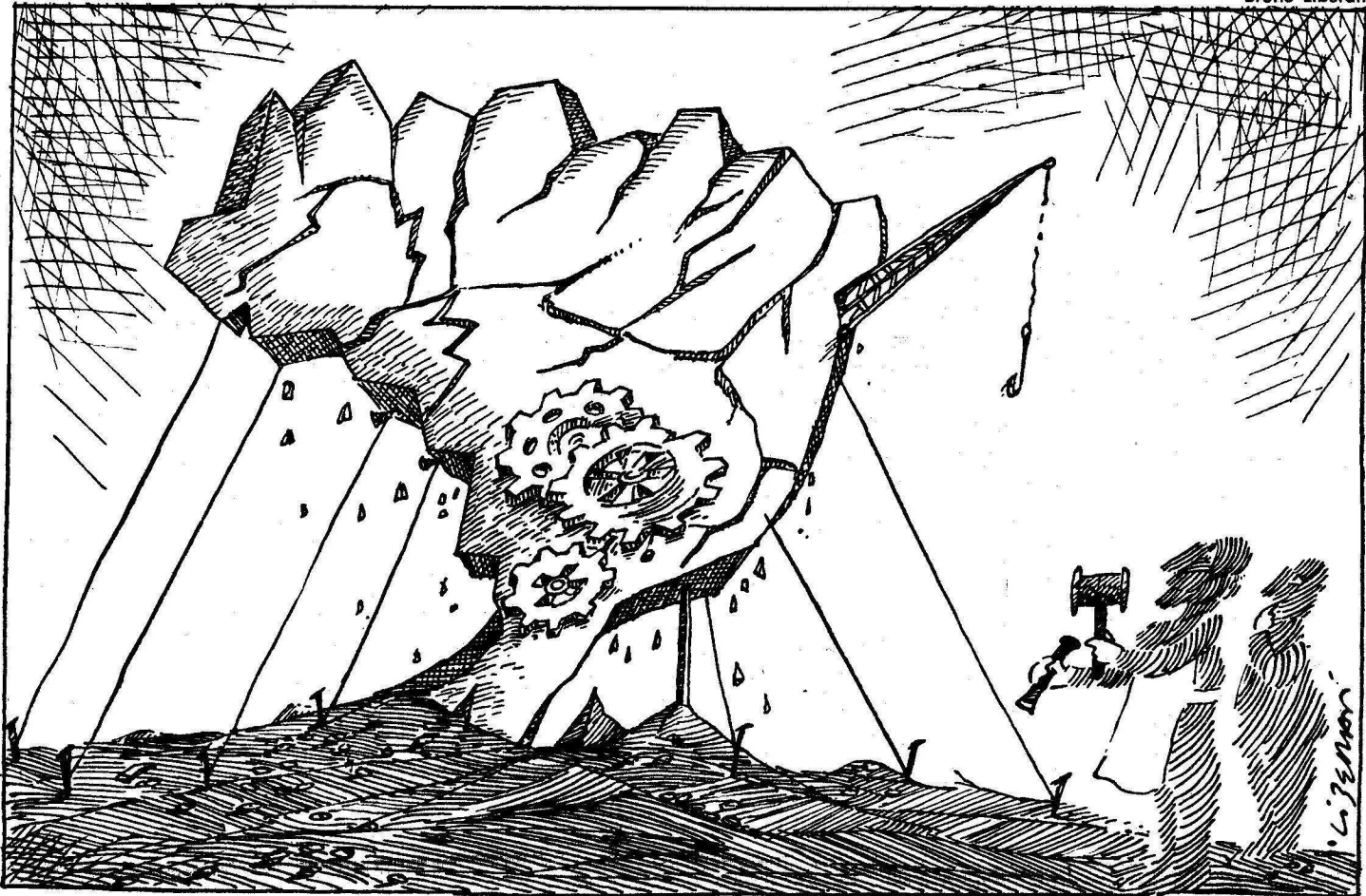
Secaria a fonte de recursos

Quanto às instituições oficiais de crédito dos países desenvolvidos, pode ser feito raciocínio semelhante. São elas que dão garantias a créditos obtidos por governos ou empresas de países em desenvolvimento em bancos privados, mas geralmente com o objetivo de importar produtos, equipamentos ou serviços produzidos em países industrializados. A moratória suspenderia imediatamente o fluxo de crédito dessas instituições — significativo no caso do Brasil — devido a um dispositivo de seus estatutos que assim estabelece.

E o importante é que esses créditos normalmente são fornecidos para áreas prioritárias ao desenvolvimento do país. São empréstimos para a Petrobrás, a Eletrobrás ou a Vale do Rio Doce para tocarem projetos em áreas vitais.

No caso das instituições multilaterais de crédito, a lógica é a mesma. Em primeiro lugar,

Bruno Liberati



sem grandes investimentos em irrigação, em correção de solos e uso de fertilizantes. O Centro-Oeste dispõe de terras mais ricas, mas em compensação a produção encareceria devido ao custo dos transportes.

Navios e aviões apreendidos

Quando se analisa o caso da indústria — máquinas, equipamentos, peças de reposição — o impacto pode não ser tão dramático à primeira vista, porque não é tão visível. Mas nem por isso é menos grave. Se uma empresa paralisa sua produção por falta de insumos importados, nem que seja por dois ou três meses, só poderá solucionar o seu problema através do desemprego, da dispensa de funcionários. Não vai poder manter a mesma folha de pagamento se não produz a mesma quantidade. E aí é que a moratória exerceria seus efeitos dramáticos sobre o quadro já grave de desemprego, inflação e recessão no Brasil.

Outro efeito dramático será a reação dos credores ao tomarem conhecimento de que o Brasil, por hipótese, suspendeu unilateralmente os pagamentos e não se dispõe a negociar. Eles

país detentor da maior dívida externa do mundo assumem o risco de um colapso do sistema financeiro internacional, tal como hoje o conhecemos. E se esquecem de que o Brasil faz parte desse sistema. Junto com os bancos estrangeiros, quebrariam os bancos brasileiros — mais frágeis — e que hoje têm uma ampla rede de agências no exterior. Nem o Banco do Brasil, nem o Banespa, nem o Real, nem o Econômico, nem o Itaú, que estão no exterior, teriam condições de continuar operando. Simplesmente quebrariam.

E além disso há o fato de que o dinheiro que os bancos privados emprestaram ao Brasil não são de propriedade desses bancos, mas depósitos feitos por empresas e pessoas físicas do mundo inteiro, que esperam ser remunerados. Assim, essas instituições não têm como aceitar uma suspensão de pagamento, ou mesmo uma renegociação além de determinados limites, porque têm de olhar o lado dos depositantes. Se não puderem remunerar os depósitos, o que ocorrerá? Provavelmente uma corrida dos clientes para sacar seu dinheiro — o que levará novamente à hipótese do colapso do sistema.

Outra hipótese a considerar é que uma parte dos depósitos nos grandes bancos internacionais

haveria a suspensão dos empréstimos, pois um banco não vai dar dinheiro quando sabe, de antemão, que não será reembolsado. Em segundo, o aspecto do impacto sobre setores básicos se agrava, pois essas instituições financiam inclusive projetos na área social.

O Brasil é o maior cliente em todo o mundo do Banco Mundial, que emprestou no último exercício mais de 1 bilhão de dólares ao país e pretende desembolsar outro bilhão no exercício de 84 (até 30 de junho do ano que vem). Além do Proálcool, o BIRD está financiando os programas de importação sob o regime de draw back (produtos a serem processados aqui e reexportados) e projetos de desenvolvimento agrícola (reduzindo, assim, o impacto da retirada gradativa dos subsídios à agricultura, por força do acordo com o Fundo Monetário Internacional).

O Banco Mundial está financiando a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste, o desenvolvimento rural no Nordeste, o asfaltamento da BR-364, a proteção às comunidades indígenas afetadas na área dessa estrada. E o pior é que o BIRD paralisaria também o desembolso dos empréstimos já aprovados e em anda-

mento (o Banco não empresta tudo de uma vez, mas vai liberando parcelas de acordo com o cronograma do projeto). O mesmo raciocínio vale para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que trabalha com valores inferiores ao BIRD, mas também está tentando ampliar seus créditos ao Brasil e acaba de aprovar um empréstimo de 200 milhões de dólares ao país.

Disposição para negociar

Mas como a tese da moratória muitas vezes vem associada à necessidade de se obter um espaço para o país respirar, deve ser levado em conta também o raciocínio feito por alguns, de que o país devesse continuar cumprindo os compromissos com instituições oficiais de crédito e multilaterais de assistência, deixando de pagar apenas aos bancos. Isso, teoricamente, deixaria ao país um fluxo de recursos externos com que sobreviver, muito apertadamente.

Mas não é razoável fazer essa separação. O mais provável, nesse caso, é que os Governos dos países industrializados saíssem em defesa dos bancos comerciais privados, inclusive porque o sistema bancário é um problema de segurança nacional. Muito provavelmente, esses governos usariam seu poder, como maiores quotistas nas instituições do tipo do Banco Mundial, para forçar uma interrupção no desembolso de seus recursos para o país em moratória. E aí, o efeito seria o mesmo de uma moratória total.

Muitos dizem que o país já está em moratória de fato. Na verdade, vem acumulando consideráveis atrasos no pagamento de juros e créditos comerciais, enquanto aguarda o reinício do desembolso dos recursos do FMI e dos bancos privados, sem que por isso seja declarado formalmente inadimplente.

E não só devido ao impacto desastroso que uma declaração desse tipo teria sobre o sistema financeiro internacional, como também pela disposição que o país tem demonstrado de continuar negociando com seus credores condições em que possa pagar o que deve.

Polônia e México

Foi também a demonstração dessa disposição que livrou, até agora a Polônia da inadimplência, pois o país já de há muito suspendeu todos os pagamentos. Mas suspendeu não por uma atitude unilateral e política mas simplesmente porque não tem com o que pagar. Com isto, está numa situação difícil: obviamente, nada consegue comprar a crédito, só à vista. E tem tido problemas de abastecimento de alimentos, de matérias-primas para sua indústria e insumos para a agricultura.

E há, finalmente, o caso do México. Muitos dizem: por que o Brasil não faz como o México? O México jamais decretou uma moratória unilateral. O que fez, sim, foi decretar uma suspensão dos pagamentos, que durou cerca de 90 dias. O país nunca disse aos credores que não iria mais pagar, nem negociar, que iria ficar cinco anos sem pagar nada e queria, por exemplo, 20 anos para amortizar.

Outro aspecto é que o México tem vastas reservas de petróleo, o que o Brasil não tem. Isso dá àquele país uma capacidade de levantar recursos muito maior que a nossa (o petróleo serve como uma espécie de garantia). Assim, antes de paralisar os pagamentos, o México havia feito caixa, tomando emprestado cerca de 8 bilhões de dólares no mercado financeiro internacional.

E depois foi ao FMI, com quem negociou um acordo extremamente severo, pelo qual seu PIB "encolherá" este ano, a taxa de desemprego subiu assustadoramente, e a inflação, embora venha declinando, chegou a 120% anuais. Enquanto isso, os reajustes salariais ficaram apenas em 25%, em janeiro e 12,5%, em junho. Além disso, o México fez o reescalonamento de sua dívida em prazos mais curtos que os do Brasil. E por isso há já os que acham que o México poderá entrar em nova crise de liquidez por volta de 1986 ou 1987.